



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2016
(Do Senhor Pedro Vilela)

Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública destinada à discussão sobre os novos arranjos comerciais firmados em âmbito global e a inserção do Brasil neste contexto.

Senhor Presidente:

Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública destinada a discutir os novos arranjos comerciais em curso, tais como o Tratado Transpacífico (TPP) firmado pelos Estados Unidos com dez nações da Ásia – Pacífico, incluindo Chile, México e Peru. A presente reunião de Audiência Pública pretende identificar alternativas para inserção do Brasil neste contexto, com foco na ampliação do acesso a mercados para os seus produtos, bem como oferecer subsídios ao Ministério das Relações Exteriores acerca do potencial que as relações com os países do TPP representam para o setor produtivo nacional. Para tanto, sugere-se convidar representantes das principais entidades industriais, acadêmicos e/ou pesquisadores vinculados à agenda de Comércio Exterior internacional.

JUSTIFICAÇÃO

Em outubro do ano passado, após oito anos de negociações, Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura, Estados Unidos e Vietnã, fecharam o chamado Tratado Transpacífico de Comércio Livre (TPP). Considerado o maior tratado de livre comércio celebrado na história, o TPP reúne 40% das riquezas mundiais.

Especialistas nacionais e estrangeiros afirmam que o TPP inaugura uma nova ordem mundial para o comércio, capaz de relegar a um segundo plano a própria Organização Mundial do Comércio (OMC), dirigida pelo brasileiro Roberto Azevedo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

A assinatura do acordo em Washington provocou reações imediatas como a decisão da União Europeia de acelerar as negociações em torno do Acordo Transatlântico. Caso esse cenário se concretize, o MERCOSUL como opção comercial perderá importância para a Europa.

Recentemente, a União Europeia, que já negocia tratados de livre comércio com Equador e Colômbia, deu início às negociações para modernizar e ampliar o acordo de comércio firmado com o México no ano 2000. No âmbito da América do Sul, temos ainda a Aliança do Pacífico integrada por Chile, Colômbia, México e Peru, atraindo atenções e interesses dos maiores polos econômicos e comerciais do mundo, enquanto o MERCOSUL segue estagnado, contaminado que foi por orientações de viés ideológico.

Neste sentido, proponho a presente reunião de Audiência Pública para avaliarmos junto com representantes do Governo, do setor privado, e da academia, a importância da inserção brasileira nesses novos arranjos comerciais e em como se pode relançar o MERCOSUL sintonizado com os novos paradigmas da economia global.

Sala da Comissão, de junho de 2016.

Deputado **PEDRO VILELA**
PSDB/AL